

10ENVOLVER: Fortalecendo a participação popular em cinco municípios de menor IDH-M do estado de Minas Gerais

Patrícia J. Q. Souza¹, Anne R. Q. Souza¹, Artemiza O. Souza¹, Carlos D. R. Santos¹, Deliene F. Gutierrez², Eliete R. Gomes¹, Gresiane S. Lima¹, Kátia M. Silva¹, Leonel O. Pinheiro², Luís R. S. Corrêa², Valéria C. Costa².

1. Estudante GEPAF/UFVJM, Teófilo Otoni - MG; *patriciaqueiroz_ita@hotmail.com

2. Pesquisador (a) do GEPAF/UFVJM, Teófilo Otoni - MG

Palavras Chave: 10ENVOLVER, políticas públicas, meio ambiente.

Introdução

O Projeto 10ENVOLVER iniciou em 2013, nos dez municípios de menor Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de Minas Gerais, de acordo com os dados publicados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD Brasil, 2000). Dentre os dez municípios, cinco estão localizados na Região Norte (Bonito de Minas, Fruta de Leite, Gameleiras, Indaiabira e Pai Pedro), quatro no Vale do Mucuri (Bertópolis, Crisólita, Novo Oriente de Minas e Setubinha) e um no Vale do Jequitinhonha (Monte Formoso). Este projeto tem, como objetivo principal, contribuir com o fortalecimento das instâncias de participação popular nestes municípios. O 10ENVOLVER é efeito da parceria entre o Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG), através da Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais (CIMOS), a UFMG, a Unimontes e a UFVJM, por meio do Grupo de Extensão e Pesquisa em Agricultura Familiar (GEPAF), que é responsável pelos municípios dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. A primeira parte deste projeto foi concluída em julho de 2014 e consistiu em cinco etapas, desde o diagnóstico das instâncias à construção coletiva do Plano de Intenções.

Resultados e Discussão

De acordo com os resultados do diagnóstico, foram identificadas várias fraquezas como, por exemplo, a falta de capacitação dos representantes das instâncias e a baixa participação dos membros. Dando continuidade ao projeto, no período de agosto de 2014 a julho de 2015, foram promovidos espaços de capacitação, para que os representantes das instâncias tenham melhores condições de acessar seus direitos e de realizar controle social em seus municípios, que pode ser exercido pelos conselhos de políticas públicas ou pelos próprios indivíduos.

No mês de abril de 2015, as oficinas contaram com a participação de representantes da Polícia Militar Ambiental, que ministraram palestra intitulada “Legislação Ambiental e Atribuições da Polícia Militar Ambiental”. A função principal da Polícia é a fiscalização de crimes ambientais, para inibir atitudes destrutivas contra o meio ambiente, por exemplo, o desmatamento desenfreado, a caça sem fins de sobrevivência, pesca ilegal, queimadas, animais silvestres mantidos em cativeiros.

Em maio, aconteceram as oficinas sobre “Adequação Ambiental das Propriedades Rurais”, com o apoio das representantes do Instituto Estadual de Florestas (IEF), que atua no desenvolvimento e na execução das políticas florestais, além de auxiliar na regularização das propriedades rurais por meio do Cadastro Ambiental Rural (CAR), em todo o Estado de Minas Gerais.

Em junho, foram ministradas palestras intituladas “Oficinas do Plano de Mobilização Social pela Educação”, por um representante do Ministério da Educação (MEC), nos municípios estudados, que destaca a educação como uma ação social.

Figura 1. Palestra da Polícia M. A. em Monte Formoso



Conclusões

Para que o controle social possa ser efetivamente exercido, é preciso, portanto, que os cidadãos tenham acesso às informações públicas (BRASIL, 2010).

Estas oficinas possibilitaram aos participantes pensar e refletir o seu papel nas instituições e entidades que participam, assim como, na construção de políticas públicas locais e contribuir com a preservação da fauna, flora e dos recursos hídricos, para que as necessidades futuras sejam atendidas, além disso, ter condições para produzir legalmente nas suas propriedades.

Agradecimentos

Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e PROEXC/UFVJM (Pró-reitoria de Extensão e Cultura).

BRASIL, Coleção Olho Vivo: Controladoria-Geral da União - Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas. Controle Social: Orientações aos cidadãos para participação na gestão pública e exercício do controle social. Brasília, 2010.